

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Jonas, servidor público civil do estado da Bahia, intermediou junto à repartição pública onde presta serviço, de forma a agilizar o trâmite do processo em que sua tia Rosa é pessoa diretamente interessada.

Nessa situação hipotética, considerando-se o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado da Bahia, Jonas cometeu infração disciplinar cuja penalidade prevista é a

- Ⓐ advertência.
- Ⓑ repreensão.
- Ⓒ suspensão por até 15 dias.
- Ⓓ suspensão por 90 dias.
- Ⓔ demissão.

QUESTÃO 2

De acordo com as disposições constitucionais aplicáveis aos agentes públicos, o servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de

- Ⓐ procedimento de avaliação periódica de desempenho previsto em lei complementar.
- Ⓑ sentença judicial confirmada em segunda instância, ainda que pendente de recurso.
- Ⓒ instauração de inquérito civil contra ele perante o Ministério Público.
- Ⓓ condenação em processo disciplinar no qual se observe o princípio da verdade sabida.
- Ⓔ excesso de despesas do poder público, sem direito a indenização.

QUESTÃO 3

Por meio de contratação direta, determinado estado da Federação pretende contratar serviço de engenharia cujo valor orçado foi de R\$ 32.000.

Nessa situação hipotética, considerando que não houve tentativa prévia de licitação, configura-se hipótese de

- Ⓐ licitação dispensada.
- Ⓑ inexigibilidade de licitação.
- Ⓒ licitação fracassada.
- Ⓓ proibição de licitação.
- Ⓔ licitação dispensável.

QUESTÃO 4

Caso determinado tribunal de justiça estadual pretenda celebrar parceria com organização da sociedade civil para a consecução de objetivos de interesse público e recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros, o instrumento a ser firmado será o

- Ⓐ contrato de gestão.
- Ⓑ termo de fomento.
- Ⓒ termo de parceria.
- Ⓓ termo de colaboração.
- Ⓔ acordo de cooperação.

QUESTÃO 5

Com base nas regras gerais dispostas na Lei n.º 9.784/1999, julgue os seguintes itens.

- I O servidor que tenha amizade íntima notória com algum interessado em processo administrativo deve declarar-se impedido de atuar no processo.
- II A revogação de ato administrativo deve ser motivada, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- III Das decisões administrativas cabe recurso, que será imediatamente dirigido à autoridade superior para julgamento.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 6

O servidor público que deixe de praticar, indevidamente, ato que deveria ter realizado de ofício

- Ⓐ pratica ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
- Ⓑ pratica ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- Ⓒ não pratica ato de improbidade, porquanto se trata de ato omissivo.
- Ⓓ não pratica ato de improbidade, porquanto tal conduta não está prevista nas hipóteses taxativas previstas na legislação.
- Ⓔ pratica ato de improbidade que causa lesão ao erário.

QUESTÃO 7

Poderá compor o polo passivo de demanda judicial perante juizado especial cível estadual, em causa de baixa complexidade, de natureza comum e que não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, uma

- Ⓐ autarquia.
- Ⓑ fundação pública.
- Ⓒ agência reguladora.
- Ⓓ empresa pública federal.
- Ⓔ sociedade de economia mista.

QUESTÃO 8

Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- A deve rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares dos juízes de primeiro grau julgados há menos de dois anos.
- B formula políticas judiciárias nacionais, produz estatísticas de produtividade e outros diagnósticos, submetidos a ratificação do STF.
- C é composto de membros externos ao Poder Judiciário, razão pela qual é considerado órgão externo ao Poder Judiciário.
- D pode sofrer impugnação de suas decisões no STF.
- E define o regime jurídico que regula a carreira da magistratura.

QUESTÃO 9

O direito fundamental de acesso à justiça

- A é sinônimo de acesso ao Poder Judiciário.
- B foi fortalecido pelas inovações trazidas pela Emenda Constitucional n.º 45/2004.
- C classifica-se como direito difuso, na medida em que seus destinatários são todos os cidadãos em potencial.
- D não abrange as formas extrajudiciais de resolução de conflitos.
- E prevê o acesso igualitário de todas as pessoas a advogado, sem ônus financeiro.

QUESTÃO 10

Com relação ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- A Emenda à CF não se sujeita a sanção presidencial.
- B A Emenda Constitucional n.º 32/2001 tornou improrrogáveis as medidas provisórias.
- C Ao converter medida provisória em lei, o Poder Legislativo deliberará se a matéria exige conversão em lei ordinária ou complementar.
- D Proposta de emenda constitucional rejeitada pode ser rediscutida na mesma sessão legislativa em que tiver sido rejeitada.
- E A iniciativa legislativa vinculada tem previsão constitucional.

QUESTÃO 11

Acerca do papel do STF no estado democrático de direito, assinale a opção correta.

- A O STF é o órgão responsável pela garantia do patriotismo constitucional.
- B A indicação dos ministros do STF pelo presidente da República, com posterior aprovação pelo Senado Federal, é forma de garantia do federalismo.
- C A condição de guarda da Constituição atribuída ao STF não cria hierarquia entre os poderes da República, pois todos devem exercer esse papel.
- D O STF tem a função de julgar em atenção aos direitos das minorias; ao Poder Legislativo cabe o dever de priorizar a vontade da maioria.
- E As súmulas vinculantes aprovadas pelo STF são formas de ativismo judicial.

QUESTÃO 12

Julgue os seguintes itens, a respeito dos direitos fundamentais.

- I As pessoas em situação migratória irregular no Brasil não têm direito de acesso ao Poder Judiciário.
- II O direito fundamental à privacidade e à intimidade é irrenunciável, mesmo para pessoas sob curatela ou tutela.
- III O princípio da igualdade é norma programática ainda não regulamentada pelo Poder Legislativo.
- IV Em razão do direito à liberdade religiosa, é constitucional lei que autorize o sacrifício de animais em cerimônias religiosas em que tal prática seja adotada como ritual.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 13

No que diz respeito ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A O STF não está submetido aos regulamentos do CNJ, embora possa adotar as políticas que esse conselho institui de forma obrigatória aos demais tribunais.
- B O estado de coisas inconstitucional é categoria sujeita a reconhecimento por qualquer juiz no controle de constitucionalidade difuso.
- C O atendimento ao princípio da subsidiariedade é requisito de admissibilidade de ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- D A expressão *amicus curiae* refere-se à admissão, no processo judicial, de especialistas imparciais e sem interesse na causa.
- E Impugnação de lei estadual ou municipal na via do controle abstrato de constitucionalidade só poderá ser determinada pelo tribunal de justiça do respectivo estado.

QUESTÃO 14

Acerca dos princípios estabelecidos na CF, assinale a opção correta.

- A A formação de uma comunidade latino-americana de nações não é princípio constitucional.
- B Os indivíduos não têm o dever de solucionar pacificamente seus conflitos.
- C O controle de constitucionalidade é forma de garantia do princípio democrático de prevalência da vontade da maioria.
- D O princípio da impessoalidade pode ser considerado derivado do princípio republicano.
- E A independência do Ministério Público é uma das derivações do princípio da soberania popular.

QUESTÃO 15

Assinale a opção correta acerca da organização do Estado.

- A O presidente da República, ao indicar ministro para o STF, deve obedecer o quinto constitucional.
- B A invasão de competências de um ente federado em relação a outro só não será dirimida pelo STF se o atrito não envolver ente municipal.
- C O poder constituinte decorrente é independente e autônomo.
- D A União não pode decretar intervenção federal em município.
- E É garantida aos governadores a mesma imunidade formal à prisão que a assegurada ao presidente da República.

QUESTÃO 16

Acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A** A cláusula de proibição de retrocesso social se aplica a todos os direitos fundamentais.
- B** O princípio da proporcionalidade deriva da cláusula do devido processo legal.
- C** A eficácia horizontal dos direitos fundamentais se refere à necessidade de que, nas relações entre indivíduos, todos os direitos devem ser respeitados por todos.
- D** A CF prevê a suspensão dos direitos fundamentais em situações de guerra.
- E** Os direitos fundamentais revelam adesão da CF ao relativismo cultural dos direitos humanos.

QUESTÃO 17

De acordo com o Código Civil, o ato de dispor do próprio corpo é

- A** permitido sem indicação médica, mesmo que culmine em redução permanente da integridade física.
- B** proibido para depois da morte se por finalidade altruística.
- C** proibido na hipótese de transplante.
- D** permitido para depois da morte se para fins científicos.
- E** permitido em qualquer hipótese, não sendo passível de revogação.

QUESTÃO 18

Assinale a opção que indica o negócio jurídico em cuja conclusão é reservado a uma das partes o direito de indicar a pessoa que deva assumir as obrigações e adquirir os direitos dele decorrentes.

- A** evicção
- B** doação
- C** contrato preliminar
- D** contrato com pessoa a declarar
- E** contrato aleatório

QUESTÃO 19

De acordo com o Código Civil, o empréstimo de coisa fungível constitui

- A** comodato, não sendo o comodatário obrigado a conservar a coisa como se sua fosse.
- B** mútuo, podendo o mutuário restituí-la em gênero e qualidade diversos da sua forma original.
- C** mútuo, que não pode ser feito a pessoa menor de idade.
- D** mútuo, de modo a transferir o domínio da coisa emprestada ao mutuário.
- E** comodato, podendo o comodatário recobrar do comodante as despesas feitas com uso e gozo da coisa emprestada.

QUESTÃO 20

Com a finalidade de realizar atos de assistência social, João resolveu instituir pessoa jurídica e, para tanto, reuniu patrimônio. Entretanto, o seu acervo de bens foi considerado insuficiente para a constituição da referida pessoa jurídica.

De acordo com o Código Civil, a pessoa jurídica pretendida por João caracteriza-se como

- A** associação, podendo João instituí-la ainda que os seus bens sejam insuficientes.
- B** fundação, podendo João instituí-la ainda que os seus bens sejam insuficientes.
- C** associação, cabendo a João incorporar seus bens a outra associação que tenha finalidade igual ou semelhante.
- D** sociedade, cabendo a João incorporar seus bens a outra sociedade que tenha finalidade igual ou semelhante.
- E** fundação, cabendo a João incorporar seus bens a outra fundação que tenha finalidade igual ou semelhante.

QUESTÃO 21

Fábio doou um terreno a Fernanda, porém, como resultado de conluio entre ambos, o imóvel foi registrado como adquirido por meio de contrato de compra e venda.

Conforme o Código Civil, essa situação hipotética configura

- A** fraude contra credores, permanecendo válida a doação.
- B** simulação, sendo válido o contrato de compra e venda.
- C** fraude contra credores, o que implica a nulidade da doação.
- D** simulação, o que implica a nulidade da doação.
- E** simulação, permanecendo válida a doação.

QUESTÃO 22

A respeito das diferentes classes de bens públicos, assinale a opção correta.

- A** Bens de uso comum do povo e de uso especial estão sujeitos a usucapião.
- B** Bens de uso comum do povo são aqueles que constituem patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como as terras devolutas.
- C** Bens de uso dominical são aqueles destinados à utilização da sociedade em geral, como praças e rios.
- D** Bens de uso especial são aqueles utilizados pela administração pública para seu estabelecimento e para a execução de serviços.
- E** Bens de uso comum do povo e de uso especial podem ser alienados.

QUESTÃO 23

Para a execução de um contrato, Rui realizou significativos investimentos, enquanto Leandro optou pela rescisão unilateral desse negócio jurídico após determinado período de tempo.

Conforme o Código Civil, a denúncia unilateral do contrato

- A** produz efeitos imediatamente, em respeito à autonomia da vontade da parte.
- B** não produz efeitos, uma vez que tal modalidade é nula.
- C** não produz efeitos, já que Rui realizou significativos investimentos.
- D** produz efeitos depois de transcorrido tempo compatível com a natureza e o volume dos investimentos.
- E** produz efeitos somente para a parte que realizar a denúncia.

QUESTÃO 24

A respeito do procedimento comum, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC).

- I Para que ocorra a cumulação de pedidos na petição inicial, é imprescindível que entre eles haja conexão.
- II O magistrado é autorizado a julgar a demanda improcedente de forma liminar se o pedido do autor contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local e se a causa dispensar instrução probatória.
- III A intimação para réplica do autor é prevista na hipótese de o réu apresentar, em sua contestação, defesa indireta. Na hipótese de o demandado utilizar somente defesa direta, não deve haver intimação para réplica.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 25

Mariana ajuizou, pelo procedimento comum, demanda contra Carla consistente em pedido único de cobrança no valor de R\$ 100 mil. Ao apresentar contestação, Carla reconheceu ser devedora de apenas R\$ 70 mil, alegando haver cobrança excessiva. Posteriormente, em julgamento antecipado parcial de mérito, o magistrado emitiu pronunciamento determinando o pagamento imediato do valor incontroverso e se manifestou pelo prosseguimento do feito para produção de provas somente quanto à parcela controversa. Desse pronunciamento não foi apresentado recurso pelas partes.

Quanto ao pagamento imediato do valor de R\$ 70 mil nessa situação hipotética, o pronunciamento do juiz possui natureza de

- A sentença que faz coisa julgada material.
- B sentença que não faz coisa julgada material.
- C despacho sem eficácia executória.
- D decisão interlocutória que faz coisa julgada material.
- E decisão interlocutória que não faz coisa julgada material.

QUESTÃO 26

Carlos, casado com Maria no regime de comunhão parcial de bens, deseja propor ação reivindicatória de bem imóvel contra Roberto.

Nessa situação hipotética, para a propositura da ação, o CPC

- A determina a formação de litisconsórcio ativo necessário e unitário.
- B determina a formação de litisconsórcio ativo necessário e simples.
- C não exige a manifestação de Maria para que Carlos ingresse em juízo.
- D exige o consentimento de Maria para que Carlos proponha a ação, sendo vedado ao juiz, em qualquer caso, suprir a manifestação do cônjuge.
- E exige o consentimento de Maria para que Carlos proponha a ação, podendo o juiz suprir a vontade do cônjuge se constatada recusa imotivada.

QUESTÃO 27

Um indivíduo ajuizou mandado de segurança de competência originária do TJ/BA. Ao analisar o mérito, o tribunal, em decisão colegiada, denegou a ordem pleiteada pelo impetrante.

De acordo com a Lei n.º 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança, caso deseje a reforma da decisão, o impetrante deverá interpor

- A apelação.
- B embargos de divergência.
- C recurso ordinário.
- D recurso inominado.
- E recurso especial.

QUESTÃO 28

De acordo com o CPC, embargos declaratórios interpostos contra pronunciamento de magistrado em primeiro grau

- A possuem efeito devolutivo e suspendem, automaticamente, o prazo para interposição de outro recurso.
- B serão julgados desertos caso o embargante não possua gratuidade de justiça e deixe de realizar o devido preparo.
- C exigem o oferecimento de contrarrazões pelo embargado apenas quando identificado efeito modificativo.
- D podem ser utilizados contra sentenças, mas não para esclarecimento de decisões interlocutórias.
- E não se prestam a mera correção de erros materiais, porque são cabíveis apenas quando a decisão embargada for omissa, obscura ou contraditória.

QUESTÃO 29

Ocorre resolução de mérito quando o juiz

- A verifica a ocorrência de preempção.
- B reconhece a prescrição do direito do autor.
- C homologa a desistência da ação, após concordância do réu.
- D defere argumento pela existência de convenção de arbitragem.
- E acolhe alegação de existência de coisa julgada.

QUESTÃO 30

De acordo com as disposições do CPC acerca de direito probatório, assinale a opção correta.

- A Ao final da produção antecipada de provas, deverá ser emitido pronunciamento judicial sobre a ocorrência do fato que se pretende provar, bem como sobre suas eventuais consequências jurídicas.
- B Durante a produção de prova pericial, os assistentes técnicos que atuam no processo estão sujeitos às hipóteses de impedimento ou suspeição previstas no CPC.
- C Ao magistrado é facultado inverter o ônus da prova na sentença, se ficar demonstrada excessiva dificuldade para que determinada parte cumpra seu encargo probatório.
- D O magistrado é autorizado a alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito.
- E Ao participar do processo como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público somente poderá requerer a produção de provas se houver a concordância de alguma das partes do processo.

QUESTÃO 31

Quanto à forma e ao momento processual adequado para se requerer a desconsideração da personalidade jurídica, o CPC determina que esse requerimento seja realizado

- A** somente por meio de incidente no processo de conhecimento, sendo essa modalidade de requerimento vedada quando pleiteada apenas no momento do cumprimento de sentença.
- B** na petição inicial ou por meio de incidente em cumprimento de sentença ou execução de título executivo extrajudicial, sendo essa modalidade de requerimento vedada em fase do processo de conhecimento.
- C** na petição inicial ou por meio de incidente no processo ou na fase de conhecimento, sendo essa modalidade de requerimento vedada em sede de execução de título executivo ou de cumprimento de sentença.
- D** na petição inicial ou por meio de incidente no processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução de título executivo extrajudicial.
- E** somente por meio de incidente em cumprimento de sentença ou em execução de título executivo extrajudicial, sendo essa modalidade de requerimento vedada em fase do processo de conhecimento.

QUESTÃO 32

Paulo ajuizou demanda contra determinada empresa, com pedido de tutela provisória de urgência antecipada na modalidade antecedente, referente ao cumprimento de obrigação de fazer. A ação foi distribuída a uma vara cível da comarca de Salvador – BA, e, ao examinar a petição inicial, o juiz concedeu a tutela requerida. Posteriormente, o réu, devidamente comunicado do ocorrido, não apresentou recurso nem qualquer outra medida que demonstrasse seu inconformismo.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CPC, a decisão interlocutória prolatada pelo magistrado

- A** tornou-se estável e o processo deve ser extinto, mas qualquer das partes poderá demandar a outra para rever, reformar ou invalidar a tutela estabilizada.
- B** fez coisa julgada material e somente poderá ser desconstituída com o ajuizamento de ação rescisória pela parte interessada.
- C** produzirá seus regulares efeitos apenas até sua confirmação em sentença de mérito, que deve ser obrigatoriamente prolatada pelo magistrado.
- D** é nula de pleno direito: a tutela provisória antecedente somente pode ser deferida no caso de medida cautelar, e não em caso de tutela antecipada.
- E** é válida, porém ineficaz: a sua implementação somente pode ocorrer após a devida confirmação em sentença ou pelo tribunal.

QUESTÃO 33

A respeito da analogia, assinale a opção correta.

- A** No direito penal aplica-se a analogia tanto para as normas penais incriminadoras como para as normas não incriminadoras.
- B** O direito penal admite a aplicação da analogia apenas para as normas incriminadoras.
- C** Em razão do princípio da legalidade, o direito penal não admite a aplicação da analogia.
- D** O direito penal admite a aplicação da analogia, desde que seja para beneficiar o réu.
- E** O direito penal admite a aplicação da analogia, desde que a vítima do crime concorde com a aplicação do instituto.

QUESTÃO 34

Durante ação com um superior hierárquico, Manoel, policial militar, apartou uma briga e levou um golpe de um dos envolvidos. Contida a situação, algemou todos os envolvidos, porque estavam muito violentos, e, sob a ordem de seu superior, expôs a pessoa que o tinha atingido a vexame público, para servir de exemplo.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A pena de Manoel deverá ser atenuada, porque ele agiu em obediência hierárquica.
- B** A ação de Manoel configura estado de necessidade.
- C** Manoel não cometeu crime, pois agiu sob coação do superior.
- D** A ação de Manoel não enseja qualquer excludente de crime.
- E** A ação de Manoel configura legítima defesa.

QUESTÃO 35

Joana vive em união estável com Augusto há três anos. O companheiro, há mais de dois anos, reteve seu cartão bancário com a justificativa inicial de ajudá-la a gerir suas despesas, mas nunca o devolveu. Durante o relacionamento, Joana sofreu constante vigilância de Augusto, que exigia que ela o mantivesse informado dos locais que frequentava e das visitas que fazia. O controle de Augusto começou sob a justificativa da violência urbana, mas culminou em controle estrito e no afastamento de Joana de seus familiares. Determinado dia, enfurecido porque Joana havia visitado a mãe sem avisá-lo, Augusto rasgou os documentos e as roupas de Joana. Ao se deparar com a situação, ela registrou a ocorrência na delegacia.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na Lei Maria da Penha, Augusto cometeu contra Joana violência

- A** física e moral.
- B** patrimonial e de imagem.
- C** social e sexual.
- D** sexual e física.
- E** patrimonial e psicológica.

QUESTÃO 36

Com base no disposto na Lei n.º 10.826/2003 — conhecida como Estatuto do Desarmamento — e suas alterações, assinale a opção correta.

- A** Todo cidadão pode portar até uma arma de fogo.
- B** O certificado de registro de arma de fogo autoriza o proprietário da arma a portá-la em todo o território nacional.
- C** Cabe ao juiz, com prévia autorização do Sistema Nacional de Armas, a expedição do certificado de registro de arma de fogo.
- D** Os residentes em área rural podem manter arma registrada em toda a extensão do respectivo imóvel rural.
- E** Os residentes em área urbana somente podem manter arma em sua residência.

QUESTÃO 37

Acerca de penas, assinale a opção correta.

- A** O trabalho do preso servirá tão somente a sua remissão na pena.
- B** A reclusão e a detenção são consideradas penas restritivas de direito.
- C** A execução da pena privativa de liberdade não superior a dois anos poderá ser suspensa por dois a quatro anos.
- D** É obrigatório o cumprimento da pena de reclusão em regime fechado ou semiaberto.
- E** O condenado a pena igual ou inferior a quatro anos poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto, ainda que seja reincidente.

QUESTÃO 38

Acerca de prisão temporária, assinale a opção correta.

- A** A autoridade policial, após o cumprimento da prisão temporária, deverá nomear defensor para o investigado, caso este não constitua advogado para assisti-lo.
- B** É cabível a concessão de fiança, desde que o crime que ensejou a custódia tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça.
- C** O investigado deverá ser mantido preso durante todo o prazo judicialmente estipulado para a custódia temporária, ao final do qual deverá ser posto imediatamente em liberdade.
- D** A custódia temporária poderá persistir após a conclusão da investigação, até o recebimento da denúncia pelo competente juízo.
- E** Somente poderá ser decretada prisão temporária se o crime que originou a investigação estiver elencado entre as infrações penais taxativamente previstas em lei.

QUESTÃO 39

Acerca de ação penal de natureza privada, assinale a opção correta.

- A** O perdão do ofendido somente opera os seus efeitos com a anuência do querelado.
- B** O recebimento de indenização por reparação de dano causado pelo crime, em acordo homologado judicialmente, não afasta o direito de queixa-crime.
- C** A ausência do querelante na audiência de instrução enseja sua condução coercitiva, desde que este seja regularmente notificado.
- D** A renúncia ao direito de queixa em relação a apenas um dos autores de um crime não se estenderá aos demais.
- E** Não é cabível aditamento de queixa-crime pelo Ministério Público.

QUESTÃO 40

Contra decisão que rejeite a denúncia no curso de ação ajuizada em juízo especial criminal é cabível

- A** apelação, no prazo de 5 dias.
- B** reclamação à turma recursal, no prazo de 10 dias.
- C** apelação, no prazo de 10 dias.
- D** recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- E** recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias.

QUESTÃO 41

A denominada interceptação telefônica *lato sensu* subdivide-se em três espécies distintas: a interceptação telefônica *stricto sensu*, a escuta telefônica e a gravação telefônica. Considerando-se a doutrina consolidada e a jurisprudência, é correto afirmar que, entre as referidas espécies, a proteção constitucional às conversas telefônicas, para fins de prova na investigação criminal, alcança

- A** tanto a escuta telefônica quanto a gravação telefônica, que podem ser realizadas mesmo sem autorização judicial.
- B** apenas a interceptação telefônica *stricto sensu*.
- C** apenas a escuta telefônica.
- D** apenas a gravação telefônica.
- E** tanto a interceptação telefônica *stricto sensu* quanto a escuta telefônica.

QUESTÃO 42

Constituem exceções peremptórias a exceção de

- A** ilegitimidade *ad processum* e a exceção de incompetência absoluta.
- B** litispendência e a exceção de coisa julgada.
- C** suspeição e a exceção de litispendência.
- D** impedimento e a exceção de suspeição.
- E** incompetência e a exceção de impedimento.

QUESTÃO 43

Caberá impetração de *habeas corpus* de cunho preventivo

- A** com o fim de reexame de provas, na hipótese de condenação contrária à prova dos autos.
- B** contra ação penal em curso a que a pena de multa seja a única cominada.
- C** caso ameaça de constrangimento à liberdade de ir e vir se constitua de forma concreta e iminente.
- D** para proteger pessoa jurídica, na condição de corré em ação penal, contra ilegalidade ou abuso de poder.
- E** para impedir privação de liberdade decorrente de punição militar disciplinar.

QUESTÃO 44

Em razão da sucessão de leis genuinamente processuais penais, será observado, nos processos em andamento, o

- A** sistema das fases processuais.
- B** sistema do isolamento dos atos processuais.
- C** princípio do *tempus delicti*.
- D** princípio da ultratividade da norma, em regra.
- E** sistema da unidade processual.

QUESTÃO 45

Sentença absolutória imprópria é aquela fundada

- A** em erro de proibição.
- B** na inexistência do fato imputado na denúncia ou queixa.
- C** em excludente de ilicitude.
- D** na inimputabilidade total do réu ao tempo do delito.
- E** em descriminante putativa.

QUESTÃO 46

Márcio e Pedro eram amigos havia anos. Tendo descoberto que Pedro estava saindo com a sua ex-esposa, Márcio planejou matar Pedro durante uma pescaria que fariam juntos. Durante uma tempestade, em alto-mar, Márcio aproveitou-se de um deslizamento de Pedro para de fato matá-lo. Logo após a conduta, Márcio percebeu que na canoa onde estavam só havia um colete salva-vidas e que, em razão disso, a eliminação de Pedro foi sua única chance de sobreviver. A canoa afundou e Márcio sobreviveu ao naufrágio.

Nessa situação hipotética, Márcio

- A** cometeu crime de homicídio qualificado.
- B** não cometeu crime, porque agiu em legítima defesa da honra.
- C** cometeu crime, mas sua conduta será justificada pelo estado de necessidade putativo.
- D** não cometeu crime, porque agiu em estado de necessidade.
- E** cometeu crime, mas sua pena será diminuída porque agiu em estado de necessidade.

QUESTÃO 47

Empresa especializada em festas infantis em determinado estado da Federação lançou no mercado um brinquedo inflável que, inicialmente, não oferecia qualquer perigo aos usuários. Posteriormente, a empresa constatou que o brinquedo liberava um gás que poderia sufocar as crianças. Mesmo após a descoberta, entretanto, a empresa continuou utilizando o brinquedo, sem ter informado à autoridade competente ou aos seus consumidores do perigo oferecido pelo produto que lançara no mercado.

Nessa situação hipotética, em eventual processo penal movido contra a empresa, poderá intervir como assistente do Ministério Público

- A** o estado da Federação e o PROCON, sendo-lhes também facultado propor ação penal subsidiária, se a denúncia for tempestiva.
- B** o PROCON, sendo-lhe também facultado propor ação penal subsidiária, se a denúncia não for tempestiva.
- C** o estado da Federação, sendo-lhe também facultado propor ação penal subsidiária, se a denúncia não for tempestiva.
- D** o estado da Federação, sendo-lhe vedado propor ação penal subsidiária, cuja legitimidade é exclusiva do Ministério Público.
- E** o PROCON, sendo-lhe vedado propor ação penal pública subsidiária, cuja legitimidade é exclusiva do Ministério Público.

QUESTÃO 48

Com o intuito de aumentar e fortalecer sua clientela, o Banco Z enviou aos seus correntistas cartões de crédito por correspondência, sem qualquer custo inicial. Os correntistas não haviam solicitado previamente os cartões.

Conforme as disposições do Código do Consumidor, é correto afirmar que o Banco Z

- A** agiu de boa-fé, estando isento de qualquer responsabilidade por danos causados pelo mau uso do cartão pelo consumidor.
- B** cometeu prática abusiva, sujeitando-se à aplicação de multa administrativa.
- C** cometeu prática abusiva, porém fica isento de qualquer responsabilidade, já que não houve qualquer custo inicial aos consumidores.
- D** cometeu infração penal, sujeitando-se à pena de multa.
- E** agiu de boa-fé, devendo os correntistas arcarem com as despesas de manutenção do cartão, se utilizado.

QUESTÃO 49

De acordo com o Código do Consumidor, o fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, podendo o consumidor exigir

- A** a substituição dos serviços por outro da mesma natureza, que deverão ser executados pelo fornecedor, vedada sua terceirização.
- B** a reexecução dos serviços, que poderá ser repassada a terceiros devidamente capacitados por conta e risco do fornecedor.
- C** a reexecução dos serviços, que poderá ser repassada a terceiros devidamente capacitados por conta e risco do consumidor.
- D** a substituição dos serviços por outro da mesma natureza, que poderão ser repassados a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.
- E** a reexecução dos serviços, que deverá ser executada pelo fornecedor, sendo vedada sua terceirização.

QUESTÃO 50

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, nas ações coletivas, a sentença fará coisa julgada *ultra partes* quando julgado procedente o pedido em ações de defesa de interesses e direitos

- A** coletivos, não induzindo litispendência para ações individuais.
- B** individuais homogêneos, não induzindo litispendência para ações individuais.
- C** difusos e coletivos, induzindo litispendência para ações individuais.
- D** difusos, não induzindo litispendência para ações individuais.
- E** coletivos, induzindo litispendência para ações individuais.

QUESTÃO 51

Determinado consumidor adquiriu um produto por R\$ 1.000. O credor, entretanto, cobrou indevidamente o valor de R\$ 1.500.

Nessa situação hipotética, o consumidor terá direito à repetição de indébito no valor de

- A** R\$ 2.000, acrescido de correção monetária e juros legais, se credor não provar engano justificável.
- B** R\$ 1.000, acrescido de correção monetária e juros legais, se credor não provar engano justificável.
- C** R\$ 3.000, acrescido de correção monetária e juros legais, se provar a má-fé do credor.
- D** R\$ 3.000, acrescido de correção monetária e juros legais, se o credor não provar erro justificável.
- E** R\$ 2.000, acrescido de correção monetária e juros legais, se provar a má-fé do credor.

QUESTÃO 52

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, em caso de abuso de poder praticado por sociedades em detrimento do consumidor, respondem

- A** solidariamente as sociedades consorciadas.
- B** solidariamente as sociedades integrantes dos grupos societários.
- C** solidariamente as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas.
- D** subsidiariamente as sociedades controladas e as sociedades consorciadas.
- E** subsidiariamente as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades consorciadas.

QUESTÃO 53

Segundo as disposições do Código de Defesa do Consumidor, o prazo para que o consumidor exerça o direito de reclamar por vícios aparentes de produtos duráveis é de

- A trinta dias, iniciando-se a contagem do prazo prescricional a partir da entrega efetiva do produto.
- B trinta dias, iniciando-se a contagem do prazo prescricional a partir do conhecimento do dano.
- C trinta dias, iniciando-se a contagem do prazo prescricional a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- D noventa dias, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- E noventa dias, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto.

QUESTÃO 54

Diversas pessoas de determinado município contrataram um pacote dos serviços de determinada televisão por assinatura. Sem prestar qualquer informação ou esclarecimento, o serviço de TV a cabo alterou a programação contratada, majorando, inclusive, o valor mensal do pacote contratado. Sentindo-se lesados, os consumidores decidiram defender seus direitos em juízo.

Nessa situação hipotética, de acordo com as definições estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor, os usuários lesados poderão ajuizar ação coletiva para defesa de interesses

- A individuais homogêneos.
- B transindividuais de natureza divisível.
- C difusos.
- D transindividuais de natureza indivisível.
- E individuais de natureza divisível.

QUESTÃO 55

O magistrado deve buscar nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo, ao longo de todo o processo, uma distância equivalente das partes.

Assinale a opção que apresenta o princípio previsto no Código de Ética da Magistratura Nacional relacionado à afirmação apresentada anteriormente.

- A princípio da diligência e dedicação
- B princípio da transparência
- C princípio da prudência
- D princípio da imparcialidade
- E princípio da independência

QUESTÃO 56

A Lei n.º 8.027/1990

- A aplica-se aos servidores das empresas públicas.
- B possibilita a conversão da penalidade de suspensão em multa de até 50% da remuneração do servidor.
- C exclui expressamente os servidores públicos do Poder Judiciário de seu âmbito de aplicação.
- D aplica-se aos militares da reserva.
- E disciplina a desnecessidade de informar a acumulação legal de cargos.

QUESTÃO 57

Considerando a doutrina de Kant, julgue os itens a seguir.

- I Existe uma lei moral universal.
- II O imperativo categórico representa uma ação objetivamente necessária dada pela razão.
- III O conceito moral de boa vontade está obrigatoriamente interligado ao resultado da ação.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 58

A partir da delimitação feita no texto **Ética e Administração Pública: Uma Abordagem a Partir de Três Modelos Normativos**, assinale a opção correta a respeito do conceito de ética.

- A A ética pressupõe uma reflexão sobre o modo de agir do ser humano conforme determinada estrutura de valores.
- B A ética limita-se à reflexão sobre as normas de conduta da sociedade global e atemporal.
- C A reflexão sobre a ética é superficial e automática.
- D A ética apenas se atém aos princípios morais que norteiam a ação do ser humano.
- E A ética dedica-se exclusivamente às relações entre os cidadãos e o Estado.

QUESTÃO 59

Conforme previsto na Lei n.º 8.027/1990, constitui falta administrativa punível com advertência por escrito a conduta consistente em

- A aceitar ou prometer aceitar empréstimos pessoais ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições.
- B ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato.
- C valer-se de prestígio obtido em função do cargo para lograr, direta ou indiretamente, proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública.
- D utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- E cometer atos de improbidade administrativa.

QUESTÃO 60

O Código de Ética da Magistratura Nacional

- A estabelece exaustivamente as regras de condutas e procedimentos que os magistrados devem seguir no desempenho da função.
- B estabelece os procedimentos relacionados à apuração da falta ética dos magistrados.
- C é instrumento essencial para os juízes incrementarem a confiança da sociedade em sua autoridade moral.
- D prevê as penalidades a serem aplicadas na hipótese de ocorrência de falta ética.
- E estabelece penas, como a de demissão em caso de improbidade.

QUESTÃO 61

Entre os critérios orientadores dos processos ajuizados no juizado especial inclui-se um que estabelece que os atos processuais devem produzir uma resposta judicial rápida, evitando-se a morosidade processual. Nesse caso, trata-se do critério da

- A** moralidade.
- B** simplicidade.
- C** celeridade.
- D** formalidade.
- E** economia processual.

QUESTÃO 62

Conforme a Lei n.º 12.153/2009, a criação dos juzizados especiais da fazenda pública é de competência

- A** dos tribunais de justiça.
- B** dos tribunais de justiça e do Ministério Público.
- C** dos estados e dos tribunais de justiça.
- D** dos municípios e do Ministério Público.
- E** dos estados e da União.

QUESTÃO 63

De acordo com a Lei n.º 9.099/1995, podem ser partes no processo no juizado especial cível

- A** as empresas públicas da União, inclusive para fins de conciliação.
- B** a massa falida e o insolvente civil assistidos pelo advogado, inclusive para fins de conciliação.
- C** os maiores de 18 anos de idade, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.
- D** os presos representados pelo seu advogado, inclusive para fins de conciliação.
- E** as pessoas jurídicas de direito público, inclusive para fins de conciliação.

QUESTÃO 64

Acerca da competência e dos atos processuais dos juzizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- A** A competência do juizado será determinada pela residência do autor.
- B** A prática de atos processuais será realizada, exclusivamente, no juizado especial competente.
- C** Os atos processuais serão públicos e devem ser realizados em horário diurno, em qualquer dia da semana.
- D** A intimação das partes será pessoal e no próprio juízo.
- E** Os atos processuais realizados em audiência de instrução e o julgamento podem ser gravados em fita magnética.

QUESTÃO 65

Acerca do procedimento sumaríssimo que rege os processos do juizado especial criminal, assinale a opção correta.

- A** O juiz determinará a condução coercitiva de quem deve comparecer, pois nenhum ato processual deve ser adiado.
- B** A prova testemunhal deve ser apresentada na audiência de conciliação, vedada a apresentação de testemunhas em outro momento processual.
- C** No ato de intimação do autor do fato deve constar expressamente a desnecessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado.
- D** Se na sentença houver contradição, omissão ou obscuridade, caberá apelação, que será ser julgada por turma composta de três juízes de primeiro grau de jurisdição.
- E** Na ação penal de iniciativa do ofendido é obrigatório o oferecimento da queixa por escrito.

QUESTÃO 66

No juizado especial cível, é obrigatória a presença de advogado em causa cujo valor seja de no mínimo

- A** 40 salários mínimos.
- B** 10 salários mínimos.
- C** 15 salários mínimos.
- D** 20 salários mínimos.
- E** 30 salários mínimos.

QUESTÃO 67

Considerando o disposto na Resolução n.º 7/2014 do TJ/BA, assinale a opção correta a respeito do exercício da função de juiz leigo.

- A** Para exercer suas funções, o juiz leigo deverá comprovar curso de capacitação adquirido em fase anterior ao início das atividades, com duração mínima de 40 horas.
- B** O juiz leigo pode exercer a advocacia perante as varas instaladas na mesma comarca onde desempenhe suas funções.
- C** O juiz leigo tem vínculo empregatício com o TJ/BA no exercício da função.
- D** O desligamento de juiz leigo somente ocorrerá por processo disciplinar, garantidos a ampla defesa e o contraditório.
- E** O juiz leigo, aprovado em processo de seleção, será designado para a função pelo prazo de 2 anos, não sendo permitida a recondução.

QUESTÃO 68

No caso de desejar alegar erro de cálculo em execução por quantia certa de título judicial ajuizado no juizado especial, o executado deve apresentar

- A** contestação.
- B** embargos infringentes.
- C** embargos do devedor.
- D** embargos declaratórios.
- E** impugnação a execução.

QUESTÃO 69

Nos juizados especiais, admite-se o mandado de segurança em caso de

- A decisão ilegal que acarrete dano real (dano *ex iure e ex facto*).
- B deferimento ou indeferimento de prova documental, pericial ou testemunhal.
- C admissão de prova supostamente ilícita ou ilegal.
- D admissão de prova emprestada.
- E decisão de inversão do ônus da prova.

QUESTÃO 70

Em ação ajuizada no juizado especial, o vencido está isento do pagamento de custas e honorários advocatícios

- A nas sentenças de segundo grau.
- B nos casos de comprovada litigância de má-fé.
- C nos casos de improcedência dos embargos do devedor.
- D nas sentenças de primeiro grau.
- E na execução de sentença cujo objeto tenha recurso improvido.

QUESTÃO 71

Em se tratando de ação proposta no âmbito do juizado especial cível, da sentença que julgue improcedente o pedido formulado pelo autor poderá ser interposto recurso no prazo legal. Nesse caso, o preparo

- A é dispensado para causas de até vinte salários mínimos.
- B deverá ser feito no prazo para a interposição do recurso.
- C independe de intimidação.
- D é dispensado para pessoas jurídicas.
- E ocorrerá após a resposta do recorrido.

QUESTÃO 72

Recurso de sentença proferida no juizado especial cível terá efeito

- A devolutivo, mas suspensivo para evitar dano irreparável.
- B suspensivo, mas devolutivo em algumas ações.
- C devolutivo, em todas as ações.
- D suspensivo, em todas as ações.
- E devolutivo e suspensivo, quando houver assistência judiciária.

QUESTÃO 73

Considere que, em ação perante o juizado especial cível, o pedido do autor tenha sido julgado improcedente. Nessa situação hipotética, é possível a interposição de recurso extraordinário,

- A após decisão de turma recursal do juizado.
- B após apelação perante o tribunal de justiça.
- C conforme o valor da causa.
- D independentemente de repercussão geral.
- E se houver precedente que permita esta interposição.

QUESTÃO 74

Se uma pessoa propuser ação perante o juizado especial cível, e o juiz proferir decisão passível de mandado de segurança, sua eventual propositura será processada e julgada pelo(a)

- A presidente do tribunal de justiça.
- B turma recursal.
- C tribunal de justiça, por distribuição.
- D próprio juiz da decisão.
- E corregedoria do tribunal de justiça.

QUESTÃO 75

Considere que determinada pessoa que propusera ação judicial no juizado especial cível tenha, no último dia do prazo, interposto embargos de declaração da sentença proferida. Nessa situação hipotética, o prazo para interpor recurso será

- A suspenso, retomando-se todo o prazo para o recurso.
- B suspenso, por ter sido interposto no último dia.
- C suspenso, sendo acrescido um dia para o recurso.
- D interrompido, sendo acrescido um dia para o recurso.
- E interrompido, retomando-se todo o prazo para o recurso.

QUESTÃO 76

De acordo com a Resolução n.º 235/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente, o banco nacional de informações da repercussão geral, dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência, no âmbito do conselho, deverá ser alimentado pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal,

- A em rotina diária, via Web Service.
- B semanalmente, via Web Service.
- C mensalmente, via Web Service.
- D semanalmente, por formulário eletrônico.
- E mensalmente, por formulário eletrônico.

QUESTÃO 77

Nos processos criminais no âmbito do juizado especial em Salvador, no estado da Bahia, a citação será pessoal após

- A o envio por meio eletrônico e o não comparecimento do réu.
- B a citação por edital, se ela tiver sido a única realizada.
- C a citação por hora certa, por três vezes, sem sucesso.
- D o envio de correspondência e a eventual mudança de endereço.
- E o esgotamento de todos os meios necessários para o ato.

QUESTÃO 78

A Lei de Mediação (Lei n.º 13.140/2015) prevê que o mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador. Esta vedação relaciona-se ao princípio da(o)

- A validação.
- B informalidade.
- C confidencialidade.
- D independência.
- E empoderamento.

QUESTÃO 79

Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não houver improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação e determinará a citação do réu com antecedência. Nesse caso, os prazos para a audiência e a citação são, respectivamente, de

- A 10 dias e 5 dias.
- B 60 dias e 30 dias.
- C 30 dias e 20 dias.
- D 30 dias e 15 dias.
- E 20 dias e 10 dias.

QUESTÃO 80

Maria é bacharela em psicologia há três anos, Luiz é licenciado em matemática há um ano e Vítor é bacharel em direito há cinco anos. Os três têm interesse em ser mediadores judiciais.

Conforme o Manual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Conciliação e mediação — perguntas e respostas, considerando-se os requisitos formação universitária e tempo de formado,

- A apenas Maria e Vítor podem ser mediadores judiciais.
- B apenas Luiz e Vítor podem ser mediadores judiciais.
- C Maria, Luiz e Vítor podem ser mediadores judiciais.
- D apenas Maria pode ser mediadora judicial.
- E apenas Luiz pode ser mediador judicial.

QUESTÃO 81

A respeito de decisão judicial que homologa acordo realizado por meio de conciliação ou mediação, assinale a opção correta.

- A O acordo realizado mediante conciliação ou mediação é homologado por decisão interlocutória.
- B Os juízes estão dispensados de obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença quando se tratar de sentença homologatória de acordo.
- C Não haverá resolução de mérito quando o juiz homologar o acordo realizado mediante conciliação ou mediação.
- D A decisão homologatória de autocomposição judicial é um título executivo extrajudicial.
- E A autocomposição extrajudicial não pode ser homologada por decisão judicial.

QUESTÃO 82

Considere que Flávio, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seja conciliador em determinado Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). Nessa situação hipotética, Flávio

- A poderá atuar na comarca onde instalado o referido centro, bem como no próprio CEJUSC.
- B deverá solicitar a suspensão de sua inscrição junto à OAB, enquanto exercer tal função.
- C deverá atuar em estado da Federação diverso daquele onde instalado o referido centro.
- D estará impedido de exercer a advocacia nos juízos em que desempenhe suas funções.
- E poderá atuar na comarca onde instalado o referido centro, mas não poderá acumular as atividades de conciliador e advogado no mesmo CEJUSC.

QUESTÃO 83

Para ser instrutor em mediação judicial cadastrado pelo Conselho Nacional de Justiça, é necessário

- A ter experiência de atendimento em mediação judicial por, no mínimo, dois anos, possuir idade mínima de 25 anos, ter concluído curso de ensino superior e ser indicado pelos tribunais.
- B ter experiência de atendimento em mediação judicial por, no mínimo, dois anos, possuir idade mínima de 21 anos, ter concluído curso de ensino superior e ser indicado por uma câmara privada de mediação.
- C ter experiência de atendimento em mediação judicial por, no mínimo, dois anos, possuir idade mínima de 21 anos, ter concluído curso de ensino superior e ser indicado pelos tribunais.
- D ter experiência em advocacia forense por, no mínimo, dois anos, possuir idade mínima de 21 anos, ter concluído curso de ensino superior e ser indicado pelos tribunais.
- E ter experiência de atendimento em mediação judicial por, no mínimo, um ano, possuir idade mínima de 21 anos, ter concluído curso de ensino superior e ser indicado pelos tribunais.

QUESTÃO 84

A respeito das câmaras privadas de conciliação e mediação, assinale a opção correta.

- A As câmaras privadas de conciliação e mediação, em razão de sua finalidade empresarial lucrativa, não podem atuar em processos judiciais.
- B As Câmaras privadas de conciliação e mediação devem ser cadastradas junto ao CNJ.
- C Os escritórios de advocacia não podem atuar como câmaras privadas de mediação.
- D Os tribunais determinarão um percentual de audiências não remuneradas que deverão ser suportadas pelas câmaras privadas em razão de seu credenciamento.
- E O cadastramento de câmaras privadas, mesmo para a realização de sessões de mediação ou conciliação pré-processuais, é obrigatório.

QUESTÃO 85

Os pilares da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflito incluem

- I a centralização das estruturas judiciárias, por meio de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania;
- II a adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores;
- III o acompanhamento estatístico específico.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 86

A respeito de audiência de instrução e julgamento, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.099/1995.

- A A ausência do autor na audiência não prejudica o andamento do processo.
- B Na ausência do réu será decretada a revelia.
- C A apresentação de novos documentos por uma das partes na audiência resultará em seu adiamento.
- D Caso o réu formule pedido a seu favor na contestação, o autor somente poderá responder a esse pedido na própria audiência.
- E É vedada a apresentação de testemunhas na audiência sem arrolamento prévio.

QUESTÃO 87

A expectativa de que as outras pessoas ajam de um modo já esperado e de acordo com as regras estabelecidas pela sociedade é um princípio orientador da conduta humana, denominado princípio da

- A simplicidade.
- B confiança.
- C celeridade.
- D efetividade.
- E oralidade.

QUESTÃO 88

Considerando o disposto na Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta a respeito do princípio do contraditório e da ampla defesa no juizado especial criminal.

- A O réu poderá comparecer em audiência sem advogado.
- B Em favor da defesa é assegurada a morosidade processual.
- C A não citação do réu acarretará a extinção do processo.
- D O princípio do contraditório assegura que a parte seja efetivamente ouvida.
- E É assegurado ao réu o direito de ser ouvido e manifestar-se antes do autor da ação.

QUESTÃO 89

É atribuição do juiz leigo

- A certificar os atos ocorridos em audiência.
- B tomar por termo os requerimentos formulados pelas partes na audiência.
- C conduzir a sessão de conciliação, sob a orientação do juiz de direito.
- D presidir audiências unas.
- E redigir os termos de acordo, o qual deve ser submetido à homologação do juiz de direito.

QUESTÃO 90

A Lei dos Juizados Especiais inadmitte como meio para demonstrar a veracidade dos fatos aduzidos pelas partes

- A a prova testemunhal.
- B o depoimento pessoal.
- C a prova cibernética.
- D a prova emprestada.
- E a prova obtida por meio ilegal.

QUESTÃO 91

No curso da audiência no juizado especial, o juiz poderá requerer a inquirição de técnicos de sua confiança para esclarecimentos de fatos. Nessa situação hipotética, é permitido às partes apresentar

- A parecer técnico.
- B prova emprestada.
- C prova pericial.
- D prova indiciária.
- E prova testemunhal referida.

QUESTÃO 92

Em audiência de conciliação no juizado especial cível em que não tenha havido acordo, deverá ser oferecida às partes a possibilidade de utilização de arbitragem. No que se refere ao juízo arbitral, assinale a opção correta.

- A Cabe às partes a escolha do árbitro, entre os cadastrados no Cadastro Nacional de Árbitros (CNA).
- B O laudo arbitral deve ser apresentado no prazo de quinze dias após o encerramento da audiência de instrução.
- C A instauração do juízo arbitral depende da assinatura do termo de compromisso.
- D A não instalação imediata da audiência de instrução e julgamento, em decorrência da ausência do juiz arbitral, implica a extinção do processo.
- E Para que tenha eficácia executiva, o laudo arbitral deve ser homologado pelo juiz togado.

QUESTÃO 93

No juizado especial cível, a sentença condenatória deverá ser

- A ilíquida quando o autor formular pedido ilíquido.
- B ilíquida quando o autor formular pedido genérico.
- C ilíquida sempre que depender de conhecimento técnico especializado para a sua liquidação.
- D ilíquida sempre que houver necessidade de provar fato novo.
- E líquida.

QUESTÃO 94

A sentença condenatória de pagar quantia certa proferida pelo juizado especial cível é considerada

- A título executivo extrajudicial, passível de execução no próprio juizado especial.
- B título de crédito, passível de execução do juizado especial.
- C título cambial, não passível de execução no juizado especial.
- D título administrativo, não passível de execução no próprio juizado especial.
- E título executivo judicial, passível de execução no próprio juizado especial.

QUESTÃO 95

O laudo emitido pelo juízo arbitral do juizado especial cível adquire natureza de título judicial se for homologado pelo(a)

- A conciliador do juizado especial.
- B juiz leigo do juizado especial.
- C juiz togado do juizado especial.
- D juízo da vara cível.
- E turma recursal.

QUESTÃO 96

Ao reconhecer que não possui competência territorial, o juiz do juizado especial cível deverá

- A** declinar da competência de ofício e determinar a remessa dos autos para o juízo competente.
- B** suscitar o conflito de competência.
- C** processar o feito normalmente e aguardar que a parte interessada argua a incompetência por meio de exceção.
- D** extinguir o processo sem resolução de mérito.
- E** proferir sentença definitiva e julgar improcedente o pedido.

QUESTÃO 97

No que se refere a sentença cível proferida pelo juizado especial cível, julgue os itens a seguir.

- I** É ineficaz sentença condenatória de valor superior a quarenta salários mínimos, mesmo que a obrigação seja proveniente de danos exclusivamente morais.
- II** Será eficaz sentença condenatória de valor superior a quarenta salários mínimos caso a condenação cumule danos materiais e morais.
- III** Será eficaz sentença condenatória de valor superior a quarenta salários mínimos se, pela natureza da causa, o autor não puder formular pedido certo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 98

Em se tratando de sentenças proferidas pelos juzados especiais criminais, a fundamentação é

- A** obrigatória apenas nas sentenças condenatórias que imponham pena privativa de liberdade.
- B** dispensável nas sentenças condenatórias que apliquem pena de detenção igual ou inferior a um ano.
- C** dispensável nas sentenças absolutórias.
- D** facultativa nas sentenças condenatórias, independentemente da quantidade da pena.
- E** obrigatória tanto nas sentenças absolutórias quanto nas sentenças condenatórias.

QUESTÃO 99

No que se refere ao juízo arbitral no juizado especial cível, julgue os itens a seguir.

- I** O juízo arbitral pode decidir por equidade.
- II** O juízo arbitral não pode ser instaurado de ofício pelo juiz togado.
- III** A opção pelo juízo arbitral implica em renúncia à jurisdição oficial.
- IV** A instauração do juízo arbitral depende de prévia convenção de arbitragem firmada em cláusula compromissória estipulada por escrito.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 100

No que se refere à sentença do juizado especial criminal, julgue os itens a seguir.

- I** Tanto a sentença absolutória quanto a sentença condenatória devem ser proferidas por juiz togado.
- II** Na fixação da pena, o juiz não pode levar em consideração circunstâncias como os antecedentes criminais nem a personalidade do agente.
- III** Ao realizar a dosimetria, o juiz deve fixar a pena-base e, em seguida, considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes, considerando, por último, as causas de diminuição e de aumento de pena.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.